



Ministério Público de Contas do Distrito Federal
GABINETE DA QUARTA PROCURADORIA

PARECER: 462/2024–G4P/ML

ASSUNTO: TOMADA DE CONTAS ANUAL

REFERÊNCIA: PROCESSO Nº 00600-00000219/2020-92

EMENTA: 1. TOMADA DE CONTAS ANUAL. ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA – RA IX. EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2015. DECISÃO Nº 4.151/2022. CONTAS DO ADMINISTRADOR REGIONAL E DO COORDENADOR DE ADMINISTRAÇÃO GERAL JULGADAS **IRREGULARES**. MULTA. **RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO**.
2. UNIDADE TÉCNICA SUGERE O **DESPROVIMENTO** DO RECURSO.
3. PARECER CONVERGENTE DO MPC/DF.

1. Os autos tratam de Tomada de Contas Anual – TCA dos ordenadores de despesas e demais responsáveis da Administração Regional de Ceilândia – RA IX, referente ao **exercício financeiro de 2015**.

2. Na Sessão Ordinária nº 5.316, nos termos da Decisão nº 4.151/2022 (peça 139 – e-DOC 93829A1C), o Plenário julgou **irregulares** as contas dos Srs. Vilson José de Oliveira (Administrador Regional) e Vicente de Paula de Vasconcelos Roberto (Coordenador de Administração Geral), aplicando aos mencionados responsáveis **multa individual no valor de R\$ 1.739,12**, com fulcro no art. 57, I, c/c o art. 20, parágrafo único, da LC nº 1/1994.

3. Como explicitado na deliberação, a oposição de **irregularidade** ao julgamento das contas levou em consideração as falhas reportadas nos **itens 1** (contratação de artistas sem amparo legal), **2** (contratos de exclusividade sem validade e irregularidade na relação de exclusividade entre empresário e artista), **3** (atendimento de interesses particulares em detrimento ao interesse público), **4** (falha em pesquisas de preços), **8** (irregularidade na designação de executor de contrato, no que diz respeito à **ausência de designação formal de executor de contrato**) e **12** (falhas em processo de contratação de artistas) do Relatório de Auditoria nº 03/2016 – CONEX/SUBCI/CGDF (peça 21 – e-DOC 177AA082).

4. Irresignado, o Sr. Vilson José de Oliveira interpôs **recurso de reconsideração** em face da deliberação acima mencionada (peça 172 – e-DOC 38B0CAA7), conhecido, com efeito suspensivo, pela Decisão nº 243/2023 (peça 177 – e-DOC F9A4588A).

5. Então, o presente processo foi encaminhado ao Núcleo de Recursos para análise dos argumentos oferecidos pelo recorrente. Assim, procedendo ao exame das razões recursais manejadas pelo Sr. Vilson José de Oliveira, o NUREC, por meio da Informação nº 5/2024 – NUREC (peça 183 – e-DOC DE98CDCE), propôs ao Plenário:

“I. tomar conhecimento da Informação nº 005/2024 – NUREC;

II. no mérito, negar provimento ao recurso de reconsideração interposto pelo Sr. Vilson José de Oliveira (peça 172), restabelecendo os efeitos dos itens II, ‘b’, III, ‘b’, e IV da Decisão nº 4151/2022 (peça 139) e do Acórdão nº 364/2022 (peça 141);

III. autorizar;



Ministério Público de Contas do Distrito Federal
GABINETE DA QUARTA PROCURADORIA

- a) o conhecimento do teor da decisão que vier a ser proferida à representante legal do recorrente e à Administração Regional de Ceilândia – RA IX;
- b) o envio ao Núcleo de Recursos de cópia dessa decisão, como forma de viabilizar os correspondentes registros;
- c) o retorno dos autos à Secretaria de Contas - SECONT, para as providências pertinentes.” (Grifos acrescidos).

6. Os termos da citada instrução foram **acolhidos** pelo Diretor do Núcleo de Recursos, em conformidade com o Despacho nº 005/2024 – NUREC (peça 184 – e-DOC 69850CCA). Ao seu turno, o Secretário-Geral de Controle Externo também **anuiu** com o propugnado na Informação nº 5/2024 – NUREC, oportunidade em que os autos foram remetidos ao Ministério Público de Contas para manifestação, em atenção ao art. 1º, I, **a**, da Resolução nº 140/2001.

7. Feito este sucinto relato, o MPC/DF passa a opinar.

8. O presente momento processual, como relatado, se presta ao exame do mérito do **Recurso de Reconsideração** interposto pelo Sr. Vilson José de Oliveira (peça 172 – e-DOC 38B0CAA7) contra a Decisão nº 4.151/2021. Enfatize-se que, por meio do aludido **Decisum**, o TCDF julgou como **irregulares** as contas do então Administrador Regional e, via de consequência, aplicou **multa** ao responsável, com supedâneo nos arts. 17, III, **b**, 20, parágrafo único, e 57, I, da LC nº 1/1994.

9. Pois bem. Quanto ao mérito do apelo em destaque, mister destacar que este membro do **Parquet** de Contas possui entendimento **convergente** com o albergado pela Instrução em seu documento técnico, mormente por considerar que as **razões recursais** aduzidas, as quais, em sua essência, reproduzem os argumentos contidos nas razões de justificativa do implicado, **não merecem prosperar**, consoante será demonstrado nos parágrafos adiante neste Operativo.

10. Por considerar pertinente a análise conduzida pelo NUREC na Informação nº 5/2024 (peça 183 – e-DOC DE98CDCE), transcrevo abaixo os principais excertos do referido documento técnico, seguidos da correspondente manifestação deste MPC/DF:

“II – Do mérito do recurso do Sr. Vilson José de Oliveira (peça 172)

8. O recorrente alegou, quanto ao Relatório de Auditoria nº 03/2016-CONEX/SUBCI/CGDF (peça 25), que, quando do seu recebimento, **providenciou rápida exoneração dos envolvidos e determinou a abertura de sindicâncias/PADs** para as apurações devidas, não havendo omissão sua.

9. Considerando que o recurso (peça 172) é de conteúdo semelhante às razões de justificativa anteriormente apresentadas (peças 53 e 69), apresenta-se um resumo dos pontos principais para análise.

Item 1 – contratação de artistas sem amparo legal, ou seja, sem amparo do art. 25, III, da Lei nº 8.666/1993

10. Mencionou que houve sim a verificação de várias fotos e artigos dos artistas Marcelo Café e Nego William na mídia e a opinião de crítico cultural da cidade, **não ocorrendo a contratação de artistas sem notoriedade ou não consagrados, sem, contudo, trazer qualquer prova em relação aos demais participantes dos eventos.** Afirmou também que o valor contratado não era incompatível.

Item 2 - contratos de exclusividade sem validade – irregularidade na relação de exclusividade entre empresário e artista

11. Argumentou que quanto ao Processo nº 138.000.549/2015, o contrato se encontrava em dia, pois fora emitido em 12/11/2015, com prazo de 1 ano para o vencimento, o que



Ministério Público de Contas do Distrito Federal
GABINETE DA QUARTA PROCURADORIA

ocorreria somente em 12/11/2016. Os demais processos tiveram apenas cópias da proposta de contrato de exclusividade devido à exiguidade de tempo, mas que isso teria espeque no Parecer nº 393/2008 da Procuradoria Geral do Distrito Federal:

A prova da exclusividade de representação do agente ou empresário poderá ser feita mediante apresentação de contrato de trabalho, de contrato de outra espécie entre o agente ou o artista, ou até mesmo a declaração formal do artista nesse sentido. (grifado)

12. Explicou que o Coordenador de Administração Geral – COAG, por esse motivo, entendeu não haver obrigatoriedade do contrato de exclusividade.

Item 3 – atendimento de interesses particulares em detrimento ao interesse público

13. Expôs que os procedimentos administrativos para a realização dos eventos foram suficientes e devidamente cumpridos, havendo tempo hábil para todas as suas etapas e que a demanda da população era notória, ressaltando a importância das atrações artísticas e culturais, também a grande participação de artistas, mais de 30 equipes que realizaram shows e apresentações, todos credenciados no SISCULT, com grande presença de público.

14. Ressaltou ainda que houve divulgação efetiva com comparecimento maciço da população e que ‘o projeto cultural atendeu tanto ao público infantil quanto ao público jovem e adulto, principalmente os moradores de Ceilândia e demais cidades limdeiras que possuem ocupação profissional em Ceilândia. Além disso, o evento contribui para a interação de artistas locais, nacionais, movimentos organizados e o público participante.’

15. Afirmou também que ‘não existe nos autos quaisquer indícios de privilégio de interesse particular na realização das contratações, pois os agentes envolvidos buscaram apenas fornecer cultura à população pelos meios legais’ e que não houve má-fé do recorrente, não existindo elementos para se falar em ‘atendimento de interesses particulares’.

Item 4 – falha em pesquisas de preço, com descumprimento do art. 26, III, do Decreto nº 34.577/2013

16. Ponderou que ‘a metodologia aplicada para alcançar a base de preço nas contratações artísticas, foi a média avaliada entre as contratações realizadas pelo poder público e o privado nos anos anteriores e, quando disponíveis, do próprio ano de 2015, conforme se verifica das cópias dos contratos anexados aos autos e notas fiscais emitidas pelas referidas instituições, resultando em uma média, de tal modo módica que a média se revelou inferior ao valor antes pago aos artistas por hora de show, portanto, não havendo nos autos, sobrepreço ou superfaturamento!’

17. Ressalvou que ‘algumas das etapas de pesquisa de preço, de fato, não foram devidamente documentadas, porém essa informalidade não afeta a regularidade do levantamento, tampouco tem o condão de interferir na aprovação das contas, com ressalvas.’

Item 5 – contratação de artistas com sobrepreço

18. Novamente ponderou que foi utilizada a média avaliada entre as contratações realizadas pelo poder público e o privado nos anos anteriores e que, no caso, ‘foram consideradas três notas fiscais, acostadas ao processo nas fls. 62, 64 e 65 do processo 138.000.549/2015. Elas demonstram um somatório de R\$ 44.000,00 (quarenta e quatro mil reais), confirmando assim, uma média de R\$ 14.600,00 (quatorze mil, seiscentos reais), ou seja, 46% (quarenta e seis por centos) maior que o cache pago pela Administração Regional de Ceilândia que foi de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).’

19. Apontou, ainda, ressalva do Manual do Gestor de Contratação Artística, da Secretaria de Estado de Cultura, de dezembro de 2013:

e) Justificativa de preço – Os artistas deverão apresentar documentação que comprove o valor proposto de cachê e o gestor público deverá realizar pesquisa em condições semelhantes, com a finalidade de comprovar que o preço praticado é o de mercado. Exemplo: para contratar um determinado artista com preço a ser praticado em conformidade às condições semelhantes, significa observar período em função da variação de preços entre as altas e baixas temporadas e entre os dias da semana, além de eventos de



Ministério Público de Contas do Distrito Federal
GABINETE DA QUARTA PROCURADORIA

livre acesso ou que tenham bilheteria, por serem fatores que alteram o valor cobrado pelas apresentações. Por fim, deve-se observar ainda, todos os itens que compõem a proposta de preço, levando em consideração deslocamentos, hospedagens, cenários, figurinos, entre outros; f) Contratos ou notas fiscais - Acompanhados dos respectivos comprovantes inequívocos de pagamento (comprovante de depósito, transferência ou ordem bancária, duplicata e etc.), referentes a pelo menos 3 (três) cachês recebidos pelo próprio artista ou por outros artistas de semelhante consagração, em eventos igualmente compatíveis, até 2 (dois) anos antes da contratação pretendida, pagos com verba pública e privada, a fim de fundamentar a justificativa de preço.

20. Acostou tabela com os preços de cachês praticados no processo (p. 14 da peça 172).

Item 6 – ausência de comprovação de realização do evento

21. Mencionou que referente ao:

Processo nº 138.000.5559/2015: houve declaração do Diretor do Centro de Ensino nº 12 de Ceilândia (fl. 160), afirmando a ocorrência do evento.

Processo nº 138.000.549/2015: houve 'falhas na informação processual quanto às datas de realização, tendo em vista que o evento 'Um Rango e Um Som' previsto para acontecer no Restaurante Comunitário de Ceilândia, realmente não pôde ser realizado na data prevista, em decorrência de fechamento do restaurante naquela data, por se tratar de véspera de natal, sendo, portanto, realizado na semana seguinte, ou seja, no dia 29/12/2015, conforme consta dos autos, cópia do MEMO nº 12/2016- GERSAN-SUL/SEDHS e às (fls. 112) do Processo de Sindicância nº 138.000.382/2015, os quais confirmam a data de realização do evento.'

22. Reafirmou que 'os eventos foram integralmente realizados, justificando a despesa pública, conforme se pode deparar dos relatórios de execução constantes dos respectivos autos administrativos' e que 'conforme relatório apresentado pela Comissão ao final da Sindicância realizada pela Administração Regional de Ceilândia, restou provado que os eventos foram rigorosamente realizados.'

Item 7 – ausência de relatório do executor do contrato de evento

23. Não se manifestou.

Item 8 – irregularidade na designação de executor de contrato

Processo nº 138.000.540/2015: servidor comissionado foi designado para exercer as funções de executor de contrato com valor global acima de R\$ 150.000,00, contrariando o disposto no artigo 41, § 10, do Decreto nº 32.598/2010. No entanto, o recorrente asseverou que competia à servidora designada apresentar sua oposição à nomeação, mas que isso se trata de erro procedimental, que não impediu a correta execução e fiscalização do contrato.

Processo nº 138.000.524/2015: o executor do contrato é irmão do DJ JAMAICA, artista contratado para realizar o SARAU HIP HOP na Casa do Cantador no dia 16/12/2015, em desacordo com o artigo 41, § 11, do Decreto nº 32.598/2010. Ressaltou que competia ao servidor designado apresentar sua oposição à nomeação, por impedimento. Mas, pelo que se denota, o artista irmão do executor não era sócio gerente ou administrador da contratada, portanto, não houve irregularidade nessa designação para executor do contrato. Além disso, 'de acordo com os autos do processo administrativo, figura como contratada a empresa MÁXIMO JOSÉ DA SILVA-ME, representada pelo Sr. Máximo José da Silva. Dessa forma, demonstra-se que não há parentesco entre o contratado e o executor do contrato, nos termos do que preceitua o regramento jurídico.'

24. Quanto à intempestividade na designação de executores afirmou:

Processo nº 138.000.549/2015: Designação de executor no dia 23/12/2015 e a execução em 29/12/2015, conforme consta (fls. 98), da Ordem de Serviço nº 127 de 23 de dezembro de 2015 e cópia do MEMO nº 12/2016-GERSAN-SUL/SEDHS, o qual confirma a data de realização do evento.

Processo nº 138.000.554/2015: Designação de executor no dia 21/12/2015 pela ordem de serviço nº 126, de 21 de dezembro de 2015, sendo publicada na pag. 40 do DODF nº 245 do dia 23/12/2015, ocorrendo a execução no mesmo dia, ou seja, 23/12/2015, conforme consta dos autos em epígrafe, às (fls. 244).

Processo nº 138.000.537/2015: Designação de executor no dia 11/12/2015 pela ordem de serviço nº 117, de 11 de dezembro de 2015, sendo que, só foi publicada, na pag. 22 do DODF nº 240 do dia 16/12/2015, ocorrendo a execução no dia anterior a publicação, ou seja, 15/12/2015, conforme consta dos autos em epígrafe, às (fls. 391/402).



Ministério Público de Contas do Distrito Federal
GABINETE DA QUARTA PROCURADORIA

25. Ressaltou que 'a publicação tardia no DODF se reveste de mera irregularidade, pois a designação de executor, devidamente disponibilizada nos autos, é suficiente para lhe revestir de regularidade.'

Processos nºs 138.000.540/2015 e 138.000.531/2015: referentes aos Contratos nºs 08 e 09/2015, conforme informado pelo então COAG em suas razões de justificativa, a não publicação dos executores relacionados a esses ajustes, ocorreu por mero erro formal.

Item 9 – execução parcial de contratos e alterações nas datas de realização dos eventos

26. Não se manifestou.

Item 12 – falhas em processos de contratação de artistas

27. Nesse caso, o Controle Interno verificou que **as fotos que deveriam comprovar a apresentação**, relativas aos Processos nº 138.000.574/2015, 138.000.554/2015, 138.000.524/2015, 138.000.527/2015, 138.000.531/2015, 138.000.537/2015, 138.000.540/2015, 138.000.559/2015 e 138.000.549/2015, apenas se restringem aos artistas, técnicos e organizadores do evento, sendo que as fotos onde aparecem os públicos aparecem desfocadas e escuras, em desacordo com o artigo 28, inciso III, do Decreto nº 34.577/2013.

28. O recorrente ressaltou que 'a administração pública não forneceu câmeras fotográficas para a realização dos trabalhos fotográficos, e que as fotos dos artistas ficaram melhores, haja vista a qualidade da iluminação do palco, sendo que a iluminação do salão era bastante reduzida, tornando as fotografias do público deficitárias, mas aptas a demonstrar sua presença satisfatória.'

29. Adicionou que 'as fotografias são realizadas pelos executores com seus aparelhos de telefone celular pessoais, que por vezes não possuem qualidade superior' e lembrou que 'não existe a obrigatoriedade de instruir os referidos processos com cópias dos registros dos artistas na Delegacia Regional do Trabalho e que também não existe obrigatoriedade de envio dos autos para a PGDF, caso se observem todos os procedimentos legais, bem como a observância de pareceres normativos oriundos da Casa Jurídica do DF.'

30. Após isso, o recorrente discorreu sobre as responsabilidades do executor de contrato e do administrador regional, para concluir que não poderia ser a ele atribuída responsabilidade por atos respaldados por sua área técnica, sendo 'humanamente impossível ao recorrente então Administrador Regional, conhecer e dominar especificações, noções de mercado, preços e outras peculiaridades do objeto a ser licitado.'

31. Argumentou que não houve, por parte do recorrente, como se demonstra, ato praticado com infração de norma, ilegítimo ou que pudesse causar danos ao erário público, sendo 'notório que o recorrente jamais coadunou com qualquer irregularidade, apenas, tendo no contexto geral, participação por dever de ofício e com ausência de qualquer culpa ou dolo, não havendo de sua parte negligência ou omissão.'

32. Adicionou que **'as condutas atribuídas ao recorrente, em verdade, foram praticadas pelo Coordenador de Administração Geral, que nos termos do Regimento Interno então vigente, competia orientar e fiscalizar a execução, dentre outras, das atividades de orçamento, finanças, pessoal, material e patrimônio.'**

33. Deu ainda notícia de que, no Processo de TCE nº 00138-00005617/2019- 31, aberta em virtude das recomendações constantes do Relatório de Auditoria nº 03/2016 – CONEX/SUBCI/CGDF, relativas ao Processo nº 138.000.549/2015, 'Um Rango e um som', não teria sido constatado dano ao erário:

Segundo a Tabela do SICULT o artista MARCELO FERNANDES ROCHA com nome artístico Marcelo Café pode cobrar o cachê de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) segundo fl. 73, sendo assim os cachês estão de acordo e conforme os valores praticados no mercado de entretenimento e são compatíveis com a notoriedade perante crítica especializada ou pela opinião pública. E ainda, os valores a serem pagos aos artistas se justificam em virtude da notória especialização profissional, decorrente de desempenho, experiências e publicações anteriores, sendo indiscutível a satisfação do objeto.



Ministério Público de Contas do Distrito Federal
GABINETE DA QUARTA PROCURADORIA

34. Ponderou a necessidade de aplicação do princípio da segregação das funções, pois 'ao momento em que os processos administrativos eram encaminhados ao defendente na condição de Administrador Regional, tinham toda a aparência de verdadeira legalidade, de modo que passara por todos os setores técnicos, onde o executor do contrato já havia atestado a execução do objeto e conjuntamente com o COAG já haviam atestado as notas fiscais, portanto, não pode o Administrador Regional ser responsabilizado por condutas exclusivas dos demais servidores, tampouco responder por dano ao erário inexistente ou de responsabilidade exclusiva do executor do contrato e do COAG.'

35. Defendeu que, para que haja a responsabilização seria necessária existência de dolo ou culpa e que 'na condição de Administrador Regional, se valeu do parecer da ASTEC apontando a legalidade da dispensa de licitação, bem como do ateste por parte do executor do contrato sobre a realização do objeto, bem como o aval do executor e do COAG sobre a nota fiscal, não podendo haver a responsabilização do então Administrador Regional por possível dano ao erário.'

36. Portanto, segundo o recorrente, seria 'fundamental que a análise da culpabilidade seja feita à luz dos artigos 22, 24 e 28 do Decreto-Lei 4.657/1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro), acrescidos pela Lei 13.655/2018.'

37. Por último, requereu, no mérito, a **procedência do recurso**, com o julgamento pela regularidade com ressalvas das contas, tornando insubsistente a multa que lhe foi aplicada.

III - Análise

38. Ressalta-se inicialmente que, mediante a Informação nº 020/2022-SECONT/3ªDICONTE (peça 129), foi aferida a **situação prescricional**, conforme segue:

6. Em atendimento ao item V-a-i 2 da Decisão 4314/2021, **salienta-se não haver a prescrição de que trata o art. 1º da Decisão Normativa 5/2021**, vez que os fatos são de 2015, tendo sido instaurado o processo de TCA em 2019 (Processo GDF 00480-00003969/2019-87) e 2020 (Processo TCDF 00600-00000219/2020-92) – causa interruptiva da prescrição prevista no art. 2º, II, da Decisão Normativa 5/2021 –, e tendo sido chamados em audiência os responsáveis em 24/11/2020 (Sr. Vilson José de Oliveira – peça 47 – e-doc 795DE56Bc) e em 25/11/2020 (Sr. Vicente de Paula de Vasconcelos Roberto – peça 48 – e-doc 243AF7AA-c) – causa interruptiva da prescrição prevista no art. 2º, I, da Decisão Normativa 5/2021. Além disso, houve suspensão da prescrição nos termos do art. 3º, I, da Decisão Normativa 5/2021 (prorrogações de prazo para apresentação de razões de justificativa –, peça 57 – e-doc 2847AB58-e, peça 65 – e-doc 115B49D9-e e peça 72 – e-doc E10C2E93-e), bem como nos termos do art. 3º, II, da Decisão Normativa 5/2021 (apreciação de fatos novos ou elementos adicionais de defesa trazidos pelo responsável ou interessado – peças 89 e 90, e-docs 1A16A4CF-e e C927743F-e).

39. De acordo com a Decisão nº 4151/2022 (peça 139), o recorrente, Sr. Vilson José de Oliveira, teve suas contas julgadas irregulares e foi multado em razão das seguintes **falhas constantes do Relatório de Auditoria nº 03/2016 – CONEX/SUBCI/CGDF (peça 25)**:

1 - contratação de artistas sem amparo legal; 2 - contratos de exclusividade sem validade – irregularidade na relação de exclusividade entre empresário e artista; 3 - atendimento de interesses particulares em detrimento ao interesse público; 4 - falha em pesquisas de preços; 8 - irregularidade na designação de executor de contrato (no que diz respeito à ausência de designação formal de executor de contrato) e 12 – falhas em processo de contratação de artistas

40. Desse modo, serão analisados apenas os itens que macularam as contas relativas ao exercício de 2015.

41. **Quanto à contratação de artistas sem amparo legal (item 1)**, mediante a Informação nº 155/2021-SECONT/3ªDICONTE (peça 86), a Unidade Técnica assim se posicionou:

Análise:



Ministério Público de Contas do Distrito Federal
GABINETE DA QUARTA PROCURADORIA

16. DO RELATORIO DE AUDITORIA DE MONITORAMENTO nº 023/2019-DAMIG/COMOT/SUBCI/CGDF (peça 76 – e-doc 61E2148Bc), que analisou o atendimento das recomendações constantes do Relatório de Auditoria nº 03/2016-CONEX/SUBCI/CGDF, transcreve-se o seguinte trecho atinente a esse **item 1** (fl. 3):

Providências Adotadas:

Em resposta a Administração Regional de Ceilândia encaminhou o que segue, **in verbis**: Foi publicada comissão de sindicância para apurar responsabilidade em contratações sem embasamento legal adequado.

Análise do Controle Interno:

Subitem 1 – a – Recomendação Atendida: a **apuração de responsabilidade** recomendada se deu por meio do **Processo nº 138.000.620/2017**. Este Processo físico foi digitalizado e inserido nos autos do Processo SEI-GDF nº 00480-00009054/2017-13. Consta no Documento denominado Ofício 2464-2017 PART-05 (Documento SEI-GDF nº 3604759) o Relatório Conclusivo da Comissão de Sindicância que relata os pontos analisados pela Comissão, dentre eles consta este item do Relatório de Auditoria nº 03/2016-CONEX/SUBCI/CGDF (página 5). Consta também nos autos do Processo SEI-GDF nº 00480- 00009054/2017-13 a Ordem de Serviço Sindicância – Aplicação Penalidade (Documento SEI-GDF nº 22971519) que acolhe o Relatório da Comissão e aplica as penalidades sugeridas. Portanto, a recomendação encontra-se atendida.

17. A **abertura de processos de sindicância**, por si só, em que pese atender a recomendação de apuração feita pelo controle interno, **não afasta a ocorrência da irregularidade apontada**. Nesses processos, diferentemente do que alegam os justificantes, **não se concluiu pela inexistência da irregularidade**, mas pela ausência de responsabilidade de alguns servidores, em alguns casos, e pela **responsabilização e aplicação de penalidades a dois servidores**, em outros. Ao Sr. Vicente de Paula de Vasconcelos Roberto e ao Sr. Rivanilson da Silva Alves foram aplicadas penalidades administrativas: advertências, num caso (Processo nº 138.000.621/2017, vide fls. 174/175 e 227 da peça 53 – e-doc 7689C651-c), e, em outro, suspensões de cinco dias convertida em multas de R\$ 487,96 e R\$ 186,81, respectivamente (Processo nº 138.000.382/2017, vide fls. 146/154 da peça 53 – edoc 7689C651-c).

18. Destaca-se que **não foi instaurado processo administrativo para apurar eventuais responsabilidades do Administrador Regional, Sr. Vilson José de Oliveira**.

19. Observe-se que **foram nove processos apontados pelo controle interno nesse item 1, mas os justificantes se limitaram a discorrer sobre apenas um deles** (Processo nº 138.000.549/2015).

20. Nesse sentido, **consideram-se improcedentes as razões de justificativa apresentadas**, não tendo os justificantes logrado êxito em afastar a ocorrência da irregularidade havida. (Grifou-se).

42. Apesar de **o Controle Interno ter apontado nove processos no tocante a este item**, em sua peça, **o recorrente se limitou a apresentar argumentos apenas sobre o Processo nº 138.000.549/2015**, não havendo argumentos específicos quanto ao mérito das irregularidades indicadas nos demais autos.

43. Observa-se que o **Relatório de Auditoria nº 03/2016-CONEX/SUBCI/CGDF** (peça 25) **elencou diversos outros processos com irregularidades**, como a **ausência de demonstração de que o artista contratado possui notória capacidade de mobilização de público ou que seja consagrado pela opinião pública e crítica especializada**, a exemplo das fotos constantes do Processo nº 138.000.574/2015 (Evento Natal Solidário). E mais, o Controle Interno constatou a **ausência de notas fiscais referentes às apresentações para justificar os preços dos cachês**, em franca contrariedade aos termos do artigo 3º do Decreto nº 34.577/2013, então em vigor, e ao Manual do Gestor de Contratação Artística.

44. Ressalta-se que **o recorrente teve participação direta, em razão da celebração e execução de contratos eivados de vícios, seja autorizando e ordenando os pagamentos, seja celebrando contratos, seja supervisionando os ajustes**. A função de Administrador Regional exercida pelo Sr. Vilson José de Oliveira exigia uma conduta mais atenta e cuidadosa, com vistas a impedir irregularidades de tal monta durante sua gestão, restando comprovado o nexo de causalidade entre as ações praticadas e os



Ministério Público de Contas do Distrito Federal
GABINETE DA QUARTA PROCURADORIA

danos decorrentes. **Portanto, os argumentos apresentados para este item não foram suficientes para afastar a irregularidade.**

45. ***No que toca aos contratos de exclusividade sem validade (item 2) – irregularidade na relação de exclusividade entre empresário e artista, mediante a Informação nº 155/2021-SECONT/3ª DICONTE (peça 86), a Unidade Técnica assim se manifestou:***

Análise:

23. A irregularidade apontada no item 2 do Relatório de Auditoria nº 03/2016-CONEX/SUBCI/CGDF envolve **mais processos do que o único mencionado pelos justificantes (Processo nº 138.000.549/2015)**, conforme se verifica no seguinte trecho transcrito desse Relatório (fls. 8/9 da peça 25 – e-doc 73E1ACB7-e):

Processo	Contrato com Administração	Empresário/Representante exclusivo	Representado/Grupo musical	Validade da representação/fls.	Valor do cachê	Falha
138.000.540/2015	009/2015, de 08/12/2015		Trio XAMÉGO BOM	02/01/2015 Fls. 239 e 1288	10.000,00	(a)
		Libracy Fioravante D'Avila Culau – CPF ***.483.500-** (RPCAPITAL Produções e Eventos)	Trio SIRIDÓ	02/01/2015 Fls. 896 e 1293	13.000,00	
	007/2015, de 08/12/2015	Beiju Construção, Reforma e Manutenção, Produção e Promoção Artística Ltda. - ME	Dupla ELIANE E SAMUEL	17/08/2016 Fl. 545	14.500,00	(a)
138.000.574/2015	30/2015, de 24/12/2015	Fernandes Produções de Eventos Culturais Ltda.	Banda Os MAROTOS	09/04/2015 Fls. 377/378	30.000,00	(b)
	27/2015, de 24/12/2015	Thiago Lima Machado CPF ***.661.861-** (Talismã Eventos e Negócios)	Dupla Cairo e Leo	07/12/2016 Fls. 46	28.000,00	(a)
138.000.524/2015	10/2015, de 09/12/2015	Máximo José da Silva ME	Juninho e Luana	16/01/2014 Fl. 30	4.950,00	(c)
138.000.537/2015	13/2015, de 11/12/2015	VBS Produções e Eventos Ltda ME (Viola Brasileira Show)	Volmi Batista	20/05/2015 Fl. 135	5.000,00	(a)
			Dupla 2ª Mulato e Cassiano	05/04/2015 Fl. 157	20.000,00	(a)
138.000.549/2015	17/2015, de 22/12/2015	ARTECEI Produções Artísticas e Culturais	Marcelo Café	12/11/2016 Fl. 29	10.000,00	(d)

Falhas Observadas:

- (a) contrato de exclusividade com o prazo de validade expirado;
(b) o Contrato 007/2015 foi firmado com a empresa Gravata Amarelo, porém o contrato de exclusividade registra a Empresa Beiju Construção, Reforma (CNPJ 12.837.994/0001-84) como representante exclusiva da dupla ELIANE E SAMUEL, conforme contrato de exclusividade à fls. 545 e 583; ressalta-se que a Empresa Beiju encerrou suas atividades em 24/12/2015;
(c) Apesar do contrato de exclusividade estar com prazo vigente, falta a assinatura do Sr. Thiago Lima Machado, representante exclusivo da Dupla Cairo e Leo.
(d) Apesar do contrato de exclusividade estar com prazo vigente, a cópia não é autenticada.

24. Não foram apresentados documentos que afastassem as irregularidades apontadas. Ademais, os justificantes reconhecem a irregularidade no recebimento de proposta pelo COAG como documento hábil, ao alegarem que ocorrera 'devido a inexperiência do COAG'.

25. Nesse sentido, são impropriedades, no mérito, as razões de justificativa apresentadas, não tendo os justificantes logrado êxito em afastar a ocorrência das irregularidades havidas. (Grifou-se).

46. Os argumentos apresentados no recurso foram idênticos aos da fase anterior e restritos ao Processo nº 138.000.549/2015. Quanto aos demais listados no quadro anterior, como na fase anterior dos autos, ressaltou apenas a inexperiência do Coordenador de Administração Geral na realização de eventos culturais para justificar as irregularidades perpetradas, ressaltando que recebeu 'a proposta como documento hábil a comprovação de exclusividade, a fim de garantir a execução do projeto cultural da Casa do Cantador...'

47. Para refutar o raciocínio apresentado pelo recorrente, verifica-se que, no caso da contratação dos artistas, o vínculo destes com os seus representantes deveria ter sido demonstrado por intermédio de instrumento jurídico hábil, 'devendo OBRIGATORIAMENTE ser um contrato de agenciamento com vigência mínima de 6 (seis) meses firmado pelo menos 3 (três) meses antes da contratação (O prazo de 3 meses será contado a partir da data em que ocorreu o reconhecimento de firma dos contratantes pelo cartório competente)', como destacado pelo Controle Interno no Relatório de Auditoria nº 03/2016-CONEX/SUBCI/CGDF (peça 25), que inclusive citou precedentes do TCDF e do Tribunal de Contas da União, como segue:

(...) b) recomendar à Administração Regional de Samambaia - RA XII que, na hipótese de contratação indireta de que trata o inciso III do art. 25 da lei nº 8.666/93, exija do empresário do artista documento comprobatório que ateste ser aquele o representante legal deste no evento; Decisão 956/1997-TCDF.



Ministério Público de Contas do Distrito Federal
GABINETE DA QUARTA PROCURADORIA

(...) deve ser apresentada cópia do **contrato de exclusividade** dos artistas com o empresário contratado, registrado em cartório. Deve ser ressaltado que o contrato de exclusividade difere da autorização que confere exclusividade apenas para os dias correspondentes à apresentação dos artistas e que é restrita à localidade do evento; Acórdão 96/2008 Plenário/TCU.

48. Desse modo, **considera-se, quanto a este item, que o apresentado pelo recorrente não muda o posicionamento anterior do Tribunal.**

49. **Em relação ao atendimento de interesses particulares em detrimento ao interesse público (item 3), a Unidade Técnica manifestou-se assim (peça 86):**

Análise:

28. Da irregularidade/impropriedade objeto do **item 3** do Relatório de Auditoria nº 03/2016–CONEX/SUBCI/CGDF, transcrevem-se os seguintes trechos (peça 25 – e-doc 73E1ACB7-e, fls. 11/15):

Nos processos abaixo relacionados, **constatou-se a caracterização de atendimento a interesses particulares em detrimento do interesse público**, ou seja, desvio de finalidade, pois não há demonstração inequívoca do interesse público perseguido, e, haja vista as seguintes constatações:

I – A autuação dos processos de contratação de artistas foi realizada nos meses de novembro e dezembro e a realização dos eventos ocorreu em dezembro, em quase todos os dias, do dia 09 ao dia 27/12/2015. A contratação e execução das apresentações ocorreram num intervalo de aproximadamente 30 dias, podendo caracterizar falta de planejamento e desvio de finalidade quanto ao atendimento do interesse público, **visto que além de não estar demonstrado ser uma demanda da sociedade de Ceilândia, também não houve tempo hábil para divulgação das apresentações;**

II – **os projetos dos eventos são apresentados pelos próprios artistas, representantes exclusivos de artistas ou proprietários de empresas que promovem shows e eventos e/ou agenciam artistas, que firmaram contratos posteriormente com a Administração Regional de Ceilândia, ou seja, interessados diretamente no recurso público;**

III – **fragilidade na exposição das razões de escolha do profissional** – essa análise, na verdade, faz parte da demonstração da conveniência da contratação e deve abordar as circunstâncias que determinaram a escolha daquele artista especificamente em relação a outros, cujos trabalhos também pudessem atender à finalidade do evento, como, por exemplo, demanda da comunidade, pesquisa e negociação de preço, disponibilidade de agenda e etc., acompanhada de documentos comprobatórios (abaixo assinado da comunidade, e-mails trocados entre o Órgão e os artistas e/ou empresários e produtores, declaração do servidor responsável pelos contatos indicando os dados das pessoas contatadas, se por telefone e etc.); Inciso I, art. 26 do Decreto nº 34.577/2013; (...)

29. Foram nove processos listados no item 3.

30. Observe-se que **foram apresentadas pela RA IX motivações/fundamentos para justificar as contratações centradas em interesses dos artistas e isso não foi afastado pelos justificantes**. Em relação ao **Processo nº 138.000.574/2015**, o fato de o projeto ter sido solicitado pelo representante da empresa Talismã Eventos e Negócios, diversamente do que alegaram os justificantes, **não demonstrou a prevalência do interesse público, pelo contrário**. No que diz respeito ao **Processo nº 138.000.540/2015**, os justificantes se limitaram a indicar outras justificativas apresentadas pela RA IX, mas não negaram ter a RA IX justificado a **contratação na geração de emprego e na distribuição de renda para os músicos e artistas associados da ASFORRÓ**.

31. Ademais, os justificantes apresentaram alegações genéricas, sem comprovação, de que a divulgação teria sido efetiva, de modo que teria havido maciço comparecimento da população, e que todos os artistas contratados possuiriam um currículo histórico de apresentações em projetos semelhantes. 32. Nesse sentido, são improcedentes, no mérito, as razões de justificativa apresentadas, não tendo os justificantes logrado êxito em afastar a ocorrência das irregularidades havidas. (Grifou-se).

50. Os argumentos apresentados **não afastaram o fato de que não houve tempo hábil para a divulgação dos eventos**. Apesar de o recorrente ter assim afirmado, verifica-se que foi menos de um mês da autuação dos processos (11/11/2015) para a realização dos eventos entre os dias 09 e 29/12/2015. Também não houve comprovação de demanda da população.



Ministério Público de Contas do Distrito Federal
GABINETE DA QUARTA PROCURADORIA

51. No quadro apresentado no **Relatório de Auditoria nº 03/2016– CONEX/SUBCI/CGDF (peça 25)** consta a caracterização de atendimento de interesse particular em detrimento do interesse público pelo fato de, por exemplo, um dos eventos ter sido solicitado pelo Sr. Presidente da Associação dos Forrozeiros do Distrito Federal – ASFORRÓ, que também era proprietário da empresa MCRA Promoção de Eventos – M.C.R.A e membro do TRIO BENÉ DO ACORDEON (fls. 1132/1135) e DO TRIO SOL NASCENTE (fls. 1177/1178). Destaca-se que fatos semelhantes ocorreram nos demais eventos, conforme se verifica do mencionado quadro de peça 25.

52. Portanto, os argumentos oferecidos não foram suficientes para afastar a responsabilidade do recorrente quanto a este item.

53. Em relação às falhas em pesquisas de preços (item 4), a Unidade Técnica posicionou-se da seguinte forma (peça 86):

Análise:

35. Os justificantes esclareceram que a metodologia utilizada pela RA IX para justificar o preço de contratação foi a média de notas fiscais e notas de empenho e que, em relação à questionada apresentação de alguns documentos (notas fiscais) que não detalhavam a duração da apresentação do artista, alegaram ser de conhecimento de todos no meio cultural que, nos shows musicais, as quantidades constantes nas notas fiscais seriam contadas por hora de apresentação.

36. Entretanto, não afastaram as seguintes ocorrências relatadas pelo controle interno no item 4 do Relatório de Auditoria nº 03/2016– CONEX/SUBCI/CGDF (fls. 15/16):

a) não houve proposta de preço apresentada pelo artista, com detalhamento da apresentação, relacionando itens como roteiro, figurino, cenário, equipamentos técnicos especializados, integrantes do grupo/banda/trio/dupla musical que participariam da apresentação, tempo de apresentação, repertório e outros elementos, descumprindo o inciso III do art. 26 do Decreto nº 34.577, de 15/08/2013;

b) se utilizaram, para justificar os preços, valores de cachês de NFs de 2011 e 2012, contrariamente ao que dispõe o item 7.3, 'f', do Manual do Gestor – Contratação Artística do GDF, de dezembro de 2013 (vide transcrição nas razões de justificativa apresentadas pelo Sr. Vicente de Paula de Vasconcelos Roberto), que prevê sejam utilizados para justificar o preço aqueles praticados em eventos igualmente compatíveis, até 2 (dois) anos antes da contratação pretendida;

c) tampouco apresentaram justificativas para a seguinte irregularidade/impropriedade:

Ressalta-se que consta dos autos 138.000.540/2015 três notas fiscais com caligrafias semelhantes, de 2015, apresentadas para justificativa de pesquisa de preços de vários dos artistas que foram contratados. Nesse sentido, inclusive a Empresa MCRA Promoção de Eventos – ***-CPF ***.918.833-**, CNPJ 14.521.861/0001-20, apresenta preços para vários dos artistas contratados, porém, parece não ser coerente, pois a empresa Gravatá Amarelo desde julho e/ou outubro de 2014 até 31/12/2020 é o representante de alguns dos grupos musicais constantes da nota fiscal 134, de 28/08/2015 da empresa MCRA Promoções (fl. 1260), NF 065, de 29/08/2015 da empresa Luiz Gonzaga da Rocha-ME ***.196.124-**, CNPJ 14.538.517/0001-43 (fl. 1129), NF 27, de 28/08/2015 da empresa Vicilene Chaves da Silva-ME CPF ***.826.931-**, CNPJ 19.539.537/0001-52, (fl. 1138), segundo contratos de exclusividade constantes dos autos.

37. Acerca do possível prejuízo de R\$ 24.100,00 apontado pelo controle interno relacionado ao Processo nº 138.000.540/2015, salienta-se que, a rigor, a análise do controle interno não se afigura conclusiva, vez que para a estimativa do preço de mercado o controle interno se utilizou de um único cachê cobrado em agosto daquele mesmo ano (Maio São João do Cerrado), que se mostrou inferior aos cachês cobrados no final do ano (8º Encontro de Forrozeiros), sendo que, de acordo com os normativos que regem a matéria, deve-se utilizar pelo menos três cachês a fim de se justificar o preço. Assim, a média poderia ser superior aos cachês utilizados pelo controle interno como parâmetro de comparação único.

38. Não obstante, ressalta-se que, conforme quadro constante do item 5 do RELATORIO DE AUDITORIA DE MONITORAMENTO nº 023/2019- DAMIG/COMOT/SUBCI/CGDF (fl. 9 da peça 76 – e-doc 61E2148B-c), teria sido instaurado o processo de TCE nº 138.000.3591/2019-11 que apuraria o possível prejuízo relacionado ao Processo nº 138.000.540/2015, devendo ali haver o deslinde desse assunto, afigurando-se desnecessárias



Ministério Público de Contas do Distrito Federal
GABINETE DA QUARTA PROCURADORIA

novas considerações a esse respeito em face das respectivas razões de justificativa apresentadas.

39. Restando, pois, falhas em pesquisas de preços não afastadas pelos justificantes, remanescem essas, com reflexos no julgamento das respectivas contas anuais.

54. **As irregularidades apontadas não foram afastadas e acrescenta-se que o recorrente nos seus argumentos afirmou que, de fato, algumas das etapas de pesquisa de preço não foram devidamente documentadas, mas que isso não afetaria a regularidade do levantamento.**

55. **Ora, nota-se que não foi realizada ampla pesquisa de preços, mas a aceitação de preços sugeridos pelos próprios contratados e, conforme afirmou o Controle Interno, 'poucos documentos referem-se participação dos artistas em eventos particulares custeados com recursos privados, não podendo servir de parâmetro apenas preços referentes a eventos custeados com recursos públicos, conforme Parecer nº 393/2008-PROCAD/PGDF'.**

56. **Além disso, restou apurado que sequer foram apresentados documentos relacionados à duração da apresentação dos artistas, o que, por certo, impossibilita a estimativa de preços com base em critérios mais precisos, já que o tempo de apresentação revela-se como um dos parâmetros de fixação dos preços.**

57. **Desse modo, os argumentos não foram suficientes para afastar a falha apontada neste item.**

58. **No tocante à irregularidade na designação de executor de contrato - no que diz respeito à ausência de designação formal de executor de contrato (item 8), a Unidade Técnica ressaltou (peça 86):**

Análise:

60. **Acerca da designação de servidor ocupante de cargo comissionado para fiscalizar contrato com valor acima de R\$ 150.000,00 em afronta ao disposto no § 10 do art. 41 do Decreto nº 32.598/2010, os justificantes não negam o ocorrido, de modo que remanesce a irregularidade. Não obstante, há que se reconhecer que essa foi uma vedação temporária, que perdurou de 2011 a 2018, quando esse dispositivo sofreu alteração: '§ 10. Os contratos cujo valor global exceda R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) terão como executor, preferencialmente, servidor ocupante de cargo de provimento efetivo ou empregado permanente, ou comissão por estes composta. (alterado(a) pelo(a) Decreto 38874 de 21/02/2018)'. Deixou-se, portanto, de ser obrigatória a condição, vindo a ser preferencial, de modo que, a despeito da efetiva ocorrência da impropriedade naquele momento, a gravidade inicialmente a ela atribuída há de ser minimizada, podendo ser desconsiderada para efeito de julgamento destas contas anuais.**

61. **No que diz respeito à existência de executor de contrato com relação de parentesco com o contratado, em desacordo com o §11 do art. 41 do Decreto nº 32.598/2010, se afiguram procedentes as razões de justificativa apresentadas no sentido de não ser possível aos justificantes conhecer dessas relações de parentesco, cumprindo àqueles nomeados executores nessa condição que se pronunciassem a respeito. Em não havendo elementos nos autos que demonstrassem terem os justificantes esse prévio conhecimento a respeito do aludido parentesco, a irregularidade não deve repercutir no julgamento destas contas anuais.**

62. **Sobre a designação intempestiva de executores de contratos para fiscalizar a realização de shows e eventos ('designações de Executores de contratos que foram publicadas de forma intempestiva, após as realizações dos eventos, ou no dia das apresentações'), em afronta aos termos do § 2º do art. 41 do Decreto nº 32.598/2010 ('§ 2º A designação do executor e do supervisor técnico somente produzirá efeitos após publicação do extrato de que trata o artigo 33 e do ato de designação e ciência dos mesmos'), as razões de justificativa apresentadas não afastaram a irregularidade havida, vez que, a rigor, somente com a publicação se efetiva a designação. No entanto, há que se reconhecer que se trata de impropriedade adstrita à intempestividade de publicação, havendo, nos casos concretos, termos de designação anteriores, vindo os atos praticados pelos executores a se revestir de legalidade com a efetiva publicação posterior dessas designações. Nesses termos, consideram-se procedentes as razões de justificativa apresentadas nesse sentido, não devendo a ocorrência repercutir no julgamento destas contas anuais.**



Ministério Público de Contas do Distrito Federal
GABINETE DA QUARTA PROCURADORIA

63. Em relação à ausência de designação formal de executor de contrato (dois casos apontados no relato do controle interno), em desacordo com o inciso II do art. 41 do Decreto nº 32.598/2010 e art. 67 da Lei nº 8.666/1993, **os justificantes reconheceram o 'erro', de modo que remanesce a irregularidade.**
59. Mesmo depois de considerados os argumentos constantes do recurso que em nada modificaram as justificativas apresentadas na fase anterior, continua-se em concordância com o decidido pelo Tribunal, ou seja, **a procedência parcial dos argumentos apresentados.**
60. Ressalva-se neste caso, entretanto, **a concordância com o Parecer do MPjTDCF (peça 88):**
109. Com a devida *venia*, o **Parquet especial diverge parcialmente** da conclusão alcançada pelo Corpo Técnico, uma vez que as razões de justificativa apresentadas não foram capazes de espantar as irregularidades apuradas em sede de auditoria.
110. Em relação à **indicação do executor do contrato**, malgrado o parágrafo 10 do artigo 41 do Decreto nº 32.598/2010 tenha sido alterado por força do Decreto nº 38.874, de 21/02/20185, deixando de ser obrigatória a indicação de servidor ocupante de cargo de provimento efetivo ou empregado permanente para desempenhar as funções de executor nos contratos cujo valor global exceda R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), passando tal condição a ser 'preferencial', não se pode fechar os olhos para o fato de que, **à época da designação da servidora ocupante de cargo comissionado, referido ato foi praticado sob a égide da redação original da mencionada norma, que dispunha de forma expressa acerca da obrigatoriedade de designação de servidor ocupante de cargo de provimento efetivo ou empregado permanente, comando flagrantemente ignorado pelos gestores da RA IX.**
111. Quanto ao **vínculo de parentesco do executor com o contratado**, apurado no âmbito do Processo nº 138-000.524/2015, não convence o MPCDF o argumento de que **não seria possível 'aos justificantes conhecer dessas relações de parentesco, cumprindo àqueles nomeados executores nessa condição que se pronunciassem a respeito'.**
112. A nomeação do executor do contrato **com vínculo de parentesco com o artista contratado**, além de violar os princípios constitucionais da legalidade, moralidade e impessoalidade, contraria o parágrafo 11 do artigo 41 do Decreto nº 32.598/2010, que assim dispõe:
- § 11 Não poderá ser nomeado executor ou membro de comissão executora aquele que exercer atividade incompatível com a fiscalização de contratos ou possuir relação de parentesco, até o terceiro grau, com sócio gerente ou administrador do contratado.
113. A Cartilha do Executor do Contrato, por sua vez, estabelece:
- 'Recusa em ser Executor de Contrato: como regra, o servidor não pode recusar-se a cumprir tarefas que sejam compatíveis com o nível de complexidade das atribuições do seu cargo, porém há casos em que é lícita a recusa: (...) No caso de o servidor estar enquadrado nos seguintes impedimentos: (...) Tenha parentesco com membro da família do contratado: (...)'
114. Ora, **não chega a ser minimamente razoável atribuir tal responsabilidade exclusivamente ao servidor designado para exercer a função de executor, pois os gestores da RA IX tinham o dever de estabelecer algum tipo de controle interno, a fim impedir a ocorrência dessa nefasta situação, violadora dos princípios insculpidos no 'caput' do artigo 37 da CF.**
115. Veja-se que, para evitar a situação acima, bastaria a adoção de medidas simples, mas efetiva, como, por exemplo, **exigir previamente do nomeado uma declaração de que não possui grau de parentesco com o contratado.** Mas essa era uma exigência que caberia aos defendentes, com vistas a revestir o ato de maior lisura, transparência e controle, resguardando-se, assim, o interesse público, o que não se verificou no caso em apreço.
116. **Nem mesmo a alegação de desconhecimento por parte dos defendentes sobre o grau de parentesco entre o executor e o contratado, conforme ponderado pelo Corpo Técnico, possui o condão de relevar a irregularidade perpetrada pelos gestores, pois tal fato revela, em verdade, a deficiência da gestão dos defendentes e o descaso no cumprimento das normas legais.**
117. Como se sabe, não é dado ao administrador público afastar-se da lei, valendo aqui citar as palavras do Prof. Ricardo Alexandre no sentido de que: 'a administração



Ministério Público de Contas do Distrito Federal
GABINETE DA QUARTA PROCURADORIA

somente pode agir quando autorizada por lei, dentro dos limites que a lei estabelecer e seguindo o procedimento que a lei exigir'.

118. Desta forma, restam patentes as irregularidades na designação do executor do contrato, devendo ser julgadas improcedentes as razões de justificativa, conforme acima exposto.'

*61. Desse modo, apesar dos argumentos apresentados pelo recorrente, continua-se com a **opinião de que remanescem as ressalvas quanto a este item**, sendo acertada a decisão pela procedência parcial, conforme estipulado no **decisum** guerreado.*

*62. **Referente as falhas em processo de contratação de artistas (item 12)**, a Unidade Técnica dispôs (peça 86):*

Análise:

*74. 12.1 – **Fragilidade na comprovação de apresentações artísticas e no comparecimento de público. São improcedentes as razões de justificativas apresentadas sobre as inadequações das fotografias**, vez que não respondem às questões postas no relato do controle interno, como, por exemplo, na sua quase totalidade, **não mostram as pessoas da comunidade presentes e sim só os integrantes das bandas, técnicos e organizadores do evento, não registram legenda com a data e local onde foram tiradas**, não há comprovação de presença de público na maioria dos registros de apresentação das bandas, as apresentações com fotos não demonstram efetivamente se aquelas pessoas das fotografias estão de fato no evento realizado, tendo sido mencionada a presença de 4.000 pessoas em evento durante dois dias, porém, pelas fotografias existentes nos autos, **percebe-se que na maioria das apresentações não há esse número de público presente.***

*75. 12.2 – **Ausência nos autos de comprovantes de registro junto à Delegacia Regional do Trabalho. Trata-se de previsão contida nos art. 3º, 4º e 6º da Lei nº 6.533/78, regulamentada pelo Decreto nº 82.385/78, conforme apontado pelo controle interno, sendo improcedentes razões de justificativa simplesmente alegando inexistência de qualquer previsão legal a esse respeito.***

*76. 12.3 – **Falta de encaminhamento de processos à PGDF. Improcedentes as razões de justificativa apresentadas a esse respeito, pois, conforme apontado pelo controle interno, o encaminhamento à PGDF é medida que se impõe nos termos do item 2.1 do Parecer nº 393/2008 – PROCAD/PGDF, para o qual, salienta-se, foi atribuída eficácia normativa (DODF 153, de 7/8/2008), remanescendo a irregularidade:***

DESPACHO DO GOVERNADOR ()*

Em 04 de agosto de 2008. No que diz respeito aos procedimentos legais para contratação de profissionais do setor artístico para realização de shows e eventos culturais e com fundamento no Art. 6º, inciso XXXIV, da Lei nº 395, de 31 de julho de 2001, atribuo eficácia normativa ao Parecer nº 0393/2008-PROCAD/PGDF, da lavra do Procurador Alexandre Moraes Pereira, para que produza seus jurídicos e legais efeitos em toda a administração pública distrital. Publique-se o aludido Parecer e bem assim este despacho no Diário Oficial do Distrito Federal.

JOSÉ ROBERTO ARRUDA

*77. 12.4 – **Falta de planejamento das contratações artísticas. A forma açodada em que se deram grande parte das contratações denota a falta de planejamento prévio relatada pelo controle interno**, não havendo razões de justificativa apresentadas que demonstrem o contrário.*

*78. 12.5 – **Ausência de assinaturas e/ou datas nas peças dos autos. Não foram apresentadas razões de justificativas capazes de afastar as irregularidades apontadas (várias ausências de assinaturas e/ou datas nas peças dos autos) e o fato de que, no Processo nº 138.000.574/2015, fora 'acostado o Projeto Básico sem registro de data e sem assinatura de aprovação (fls. 18/34); e o Contrato nº 009/2015 está com data de assinatura anterior à emissão da nota de empenho, assinado em 08/12/2015, porém a nota de empenho 2015NE00394, com recursos para custear a despesa, só foi emitida em 09/12/2015. Assim, como consta o número da NE no instrumento contratual, observou-se que o contrato foi elaborado com data retroativa devido à proximidade da data prevista para o evento – 09 a 13/12/2015'. Remanesce, pois, a irregularidade. Não obstante, em relação ao Processo nº 138.000.574/2015, conforme ressaltado na análise do item 5 anterior, as apurações (em sede de TCE) envolvendo esse processo não haviam sido iniciadas. Assim, havendo apuração em processo específico, preliminarmente à análise de mérito sobre as razões de justificativa apresentadas, se afigura pertinente***



Ministério Público de Contas do Distrito Federal
GABINETE DA QUARTA PROCURADORIA

determinar-se o envio do respectivo processo (cópia digital do processo TCE que apura irregularidades na contratação e execução do evento objeto do Processo nº 138.000.574/2015).

63. *As alegações do recurso são genéricas e desprovidas de elementos probatórios, ademais não trazem qualquer modificação quanto ao já discorrido pela Unidade Técnica, ao rebater as razões de justificativa (peças 53 e 69), mediante a Informação nº 155/2021-SECONT/3ª DICONTE (peça 86).*

64. *Ressalta-se por último que os argumentos de ausência do dolo ou culpa não procedem para modificar o julgamento do TCDF, mesmo porque, diante das inúmeras falhas, verifica-se que o recorrente atuou sem os cuidados necessários que se espera do gestor máximo de uma Região Administrativa.*

65. *De fato, estava na competência do recorrente, na condição de Administrador Regional, envidar esforços para evitar as diversas falhas sob sua gestão, o que não ocorreu, não lhe socorrendo o princípio da segregação de funções. Não se revela minimamente razoável a alegação de que os atos praticados se deram por mero dever de ofício e com o aval das respectivas áreas técnicas, pois, como bem salientado pela Unidade Técnica (peça 86), quando da análise das razões de justificativa (peças 53 e 69), tal fato não o isenta de suas responsabilidades, 'porquanto presente a culpa in elegendo e in vigilando'.*

66. *O recorrente invocou a necessidade de consideração dos arts. 22, 24 e 28 da Lei nº 13.655/2018:*

Art. 22. Na interpretação de normas sobre gestão pública, serão considerados os obstáculos e as dificuldades reais do gestor e as exigências das políticas públicas a seu cargo, sem prejuízo dos direitos dos administrados.

§ 1º Em decisão sobre regularidade de conduta ou validade de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, serão consideradas as circunstâncias práticas que houverem imposto, limitado ou condicionado a ação do agente.

§ 2º Na aplicação de sanções, serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para a administração pública, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes do agente. § 3º As sanções aplicadas ao agente serão levadas em conta na dosimetria das demais sanções de mesma natureza e relativas ao mesmo fato.

(...)

Art. 24. A revisão, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, quanto à validade de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa cuja produção já se houver completado levará em conta as orientações gerais da época, sendo vedado que, com base em mudança posterior de orientação geral, se declarem inválidas situações plenamente constituídas. Parágrafo único. Consideram-se orientações gerais as interpretações e especificações contidas em atos públicos de caráter geral ou em jurisprudência judicial ou administrativa majoritária, e ainda as adotadas por prática administrativa reiterada e de amplo conhecimento público.

(...)

Art. 28. O agente público responderá pessoalmente por suas decisões ou opiniões técnicas em caso de dolo ou erro grosseiro.

67. *Não há como se negar que, desde o início do processo, as disposições dos arts. 22, 24 e 28 da Lei nº 13.655/2018 foram respeitadas, ademais, na análise das peças de razões de justificativa (peças 53 e 69) e no recurso, houve a consideração dos obstáculos e das dificuldades reais do gestor, bem como das circunstâncias práticas que circundaram os atos perpetrados.*

68. *Acréscenta-se que, na declaração de voto (peça 138), o i. Conselheiro, em seu voto, em satisfação do contido no § 3º do art. 22 da Lei nº 13.655/2018, consignou o seguinte:*

Considerando a gravidade dos fatos apontados nos itens indicados na letra "b" anterior, com fundamento nas disposições do art. 20, Parágrafo único I, c/c o art. 57, I, Lei Complementar nº 01/19942 e tendo em vista a gradação prevista no art. 272, I, do RI/TCDF3, como também o disposto no art. 1º da Portaria nº 399, de 05.12.20164, entendo cabível a aplicação de multa individual aos Srs. VILSON JOSÉ DE OLIVEIRA



Ministério Público de Contas do Distrito Federal
GABINETE DA QUARTA PROCURADORIA

*e VICENTE DE PAULA DE VASCONCELOS ROBERTO, **proporcional à responsabilidade que lhes foi imputada nos autos**, no valor de R\$ 1.739,12 (um mil, setecentos e trinta e nove reais e doze centavos).*

*69. Desse modo, conforme transcrito no § 38 anterior, **salienta-se não haver nos autos a prescrição de que trata o art. 1º da Decisão Normativa nº 5/2021** e opina-se pelo **não provimento do recurso** (peça 172), com a manutenção na íntegra da Decisão nº 4151/2022 (peça 139) e do Acórdão nº 364/2022 (peça 141), o que passa pela restauração dos efeitos dos itens II, 'b', III, 'b', e IV daquela deliberação, e do inteiro teor do acórdão em destaque. Opina-se, ainda, pela necessidade de ser autorizada a **cientificação do recorrente**, na pessoa da sua representante legal, e da RA Ceilândia a respeito da deliberação que vier a ser adotada na presente etapa processual." (Grifos acrescidos).*

11. De acordo com a Decisão nº 4.151/2022, exarada em 28/9/2022, o julgamento pela **irregularidade** das contas do **Srs. Vilson José de Oliveira**, Administrador Regional de Ceilândia entre **29/1 a 31/12/2015**, levou em conta as **falhas graves** descritas nos **itens 1** (contratação de artistas sem amparo legal), **2** (contratos de exclusividade sem validade – irregularidade na relação de exclusividade entre empresário e artista), **3** (atendimento de interesses particulares em detrimento ao interesse público), **4** (falha em pesquisas de preços), **8** (irregularidade na designação de executor de contrato, no que diz respeito à ausência de designação formal de executor de contrato) e **12** (falhas em processo de contratação de artistas) do Relatório de Auditoria nº 03/2016 – CONEX/SUBCI/CGDF (peça 25 – e-DOC 73E1ACB7).

12. Como dito anteriormente, inconformado com a deliberação definitiva de mérito proferida pelo TCDF, o referido responsável interpôs **Recurso de reconsideração**, pleiteando o reconhecimento da **procedência** do Apelo e, por conseguinte, manifestação da Corte pela **regularidade, com ressalvas**, das contas em apreço, por entender não haver qualquer indício de prática de irregularidade ou descumprimento de norma legal a ele imputável enquanto Administrador Regional de Ceilândia em 2015.

13. Feita essa breve introdução quanto ao escopo da presente fase processual, antes de confrontar as falhas reportadas no Relatório do Controle Interno com as razões recursais deduzidas pelo agente público, o Órgão Ministerial de Contas entende relevante examinar, de forma preliminar, a possibilidade de ocorrência da **prescrição da pretensão punitiva** no âmbito desta Corte.

14. Especificamente sobre a questão prejudicial de mérito, sabe-se que o Plenário, em 2021, aprovou a Decisão Normativa nº 5/2021, recentemente alterada pela Decisão Normativa nº 1/2024, oportunidade em que fixou o prazo de **5 anos** para a prescrição das pretensões punitivas e de ressarcimento no âmbito do TCDF. Eis os seus termos, no que interessa:

*“Art. 1º As pretensões punitiva e de ressarcimento ao erário do Tribunal de Contas do Distrito Federal prescrevem em **5 (cinco) anos contados**:*

I – da data da prática do ato ou ocorrência do fato;

II – da data do conhecimento do fato pela Administração Pública do Distrito Federal, se desconhecida a data da prática do ato ou ocorrência do fato;

III – no caso de infração ou ato danoso permanente ou continuado, do dia em que tiver cessado;

IV – da data final para a prestação de contas ou da data de sua apresentação, se intempestiva, nas hipóteses de recursos repassados na forma de suprimimento de fundos ou transferidos mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, bem como a título de subvenção, auxílio ou contribuição.” (Grifos acrescidos).



Ministério Público de Contas do Distrito Federal
GABINETE DA QUARTA PROCURADORIA

15. Estabeleceram-se, na oportunidade, os marcos interruptivos e suspensivos da fluência do prazo prescricional, **in verbis**:

*“Art. 2º **Interrompe-se a prescrição** de que trata o art. 1º:*

*I – pela citação, comunicação de audiência ou notificação, inclusive por meio de edital;
II – por qualquer ato inequívoco que importe apuração do fato, adotado por parte da Administração Pública do Distrito Federal ou do Tribunal de Contas do Distrito Federal;
III – pela decisão condenatória recorrível proferida pelo Tribunal que aplique sanção ou impute débito ao responsável;*

IV – por qualquer ato inequívoco que importe em manifestação expressa de tentativa de solução conciliatória no âmbito interno da Administração Pública do Distrito Federal ou do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

§ 1º A prescrição pode interromper-se mais de uma vez por causas distintas ou por uma mesma causa desde que, por sua natureza, essa causa seja repetível no curso do processo.

§ 2º O efeito interruptivo da prescrição decorrente da apuração do fato pela Administração Pública, descrito no inciso II do caput deste artigo, prescinde de notificação, cientificação ou citação dos investigados, ocorrendo tão somente com o desaparecimento da inércia do Poder Público em investigar determinado fato.

§ 3º A interrupção da prescrição com fulcro no inciso II do caput deste artigo exige identidade entre as irregularidades investigadas e aquelas que venham a justificar o exercício das pretensões punitiva ou ressarcitória.

§ 4º Quando a interrupção, na hipótese do inciso II do caput deste artigo, decorrer de decisão do Tribunal, será considerada a data do respectivo julgamento.

§ 5º Os marcos interruptivos são considerados de forma individual, podendo incidir de forma distinta para cada responsável, mesmo que no curso de um mesmo processo.

§ 6º As decisões decorrentes de pedido de vista, regulado pelo art. 98 do Regimento Interno, e de adiamento da discussão da matéria, com base no art. 99 da mesma norma, não interrompem a prescrição principal.

*Art. 2º-A. Sem prejuízo de outras hipóteses, **são considerados atos inequívocos** de apuração nos termos do inciso II do caput do art. 2º:*

I – a decisão pelo conhecimento de representação ou denúncia que tratar do fato;

II – a decisão que conceda medida cautelar ou determine diligências que tratam do fato;

III – a decisão do Plenário que conheça de instruções da unidade técnica, de relatório prévio e final de auditoria ou inspeção, de pareceres do Ministério Público junto ao Tribunal e de outros documentos atinentes à apuração do fato;

IV – o despacho singular do Relator ou a decisão que conheça ou delibere sobre o mérito de recurso;

V – a decisão que determine a conversão do processo ou a instauração de tomada de contas especial;

VI – a instauração de tomada de contas especial;

VII – o relatório conclusivo de tomada de contas especial emitido pelo tomador ou pela comissão tomadora;

VIII – o certificado de auditoria emitido pelo Controle Interno;

IX – a manifestação do Secretário de Estado supervisor da área ou da autoridade de nível hierárquico equivalente que encerra a fase interna do processo de tomada de contas especial.

*Art. 3º **Suspende-se a prescrição** de que trata o art. 1º:*

I – a prorrogação de prazo concedida para apresentação de razões de justificativa, defesa ou recurso, bem como para conclusão e remessa de tomada de contas especial ao Tribunal, quando o pedido tiver por fundamento atraso ou obstáculo na apuração causado pelo responsável, conforme análise do Tribunal nesse último caso;

II – a apreciação de fatos novos ou elementos adicionais de defesa trazidos pelo responsável ou interessado;



Ministério Público de Contas do Distrito Federal
GABINETE DA QUARTA PROCURADORIA

III – o sobrestamento determinado pelo Tribunal em decorrência de questão prejudicial, conexa ou idêntica em apuração na esfera judicial ou em trâmite no TCDF, bem como em atendimento a requerimento de responsável, conforme análise do Tribunal nesse último caso;

IV – o parcelamento administrativo até a sua efetiva quitação ou o seu vencimento antecipado por interrupção do recolhimento.

*Art. 3º-A. Incide a **prescrição intercorrente** se o processo ficar paralisado por mais de 3 (três) anos, pendente de julgamento ou despacho.*

§ 1º O marco inicial da fluência da prescrição intercorrente se inicia somente a partir da ocorrência do primeiro marco interruptivo da prescrição principal.

§ 2º A prescrição intercorrente interrompe-se por qualquer ato que evidencie o andamento regular do processo, tais como:

I – a instrução realizada pela unidade técnica, assim como o parecer do Ministério Público junto ao Tribunal;

II – a movimentação processual prevista no regulamento de tramitação de processos no âmbito do Tribunal de Contas do Distrito Federal, e a movimentação entre setores da unidade técnica que objetive a instrução do processo;

III – o ato da autoridade competente que inclua o processo em pauta;

IV – a retirada do processo da pauta de julgamento em atendimento a pedido apresentado pelo responsável ou interessado;

V – as decisões decorrentes de pedido de vista, regulado pelo art. 98 do Regimento Interno, e de adiamento da discussão da matéria, com base no art. 99 da mesma norma.

§ 3º As causas interruptivas e suspensivas da prescrição principal também interrompem ou suspendem a prescrição intercorrente, conforme o caso.

§ 4º Não interrompem a prescrição intercorrente o pedido e a concessão de vista ou cópia dos autos a interessados ou responsáveis, a emissão de certidões, a prestação de informações, a juntada de procuração ou substabelecimento e outros atos que não interfiram de modo relevante no curso das apurações. (Grifos acrescidos).

16. Ademais, a Decisão Normativa nº 5/2021, em seu art. 6º, asseverou sua aplicabilidade aos processos autuados a partir de sua entrada em vigor (**1º/1/2022**), “*bem como àqueles **pendentes de deliberação de mérito** ou de apreciação dos recursos previstos no art. 33, I e II, e no art. 47 da Lei Complementar nº 1/1994*”.

17. Neste ponto, insta registrar que o marco inicial para a análise de prescrição das pretensões punitivas no âmbito do Controle Externo adveio da ocorrência de **atos irregulares** perpetrados durante o **exercício de 2015**, exercício objeto das contas anuais tratadas no presente feito.

18. Mais especificamente, conforme é possível depreender do Relatório de Auditoria nº 03/2016 – CONEX/SUBCI/CGDF (peça 25 – e-DOC 73E1ACB7), tem-se que os processos considerados para certificação da irregularidade das contas foram deflagrados nos meses de **novembro e dezembro de 2015**, ao passo que a realização dos eventos se deu **em dezembro do referido ano**.

19. Assim sendo, admite-se que o **encerramento do exercício objeto da TCA** em epígrafe, que se deu em 31/12/2015, marca o **início da contagem do prazo prescricional**, a teor do art. 1º, I, da Decisão Normativa nº 5/2021.

20. Com efeito, na espécie, a verificação da questão prejudicial de mérito perpassa, necessariamente, pelo **cotejamento da norma com os fatos verificados nos presentes autos**.

**Ministério Público de Contas do Distrito Federal**
GABINETE DA QUARTA PROCURADORIA

21. Nesse particular, observa-se, ainda, que, após o estabelecimento do marco inicial de contagem, houve a prática de atos com o condão de **interromper** a fluência do prazo prescricional, especialmente com fulcro no art. 2º, II¹, da citada Decisão Normativa nº 5/2021.
22. Especificamente no que se refere à expressão “**ato inequívoco**” de que trata o sobredito inciso II do art. 2º da Decisão Normativa nº 5/2021, em que pese seja um **conceito vago (fluido ou indeterminado)**, o qual poderia conferir ao Administrador Público **certa margem de discricionariedade**, ainda assim deve o aplicador da norma buscar sempre a interpretação mais consentânea com o interesse público específico, finalidade de todo e qualquer ato administrativo.
23. Ademais, a norma é **expressa** ao indicar que referido ato deve, necessariamente, **importar na apuração do fato**. Desse modo, deve prevalecer a **interpretação autêntica**, ou seja, do próprio diploma legal em detrimento de outras aventadas pelo seu intérprete.
24. Dessarte,volvendo a análise especificamente ao caso **sub examine**, verifica-se que, sob a ótica da inteligência acima defendida, **há causas interruptivas do transcurso do prazo prescricional, que, na visão do Parquet, impedem o seu exaurimento**. A propósito, confira-se a tabela-resumo abaixo com as principais causas interruptivas a partir do marco inicial:

Ato	Data	Síntese
Relatório de Auditoria nº 03/2016 – CONEX/SUBCI/CGDF (peça 25 – e-DOC 73E1ACB7)	10/4/2017	Achados descrevem as irregularidades apuradas na gestão. Art. 2º, II, da DN nº 5/2021.
Certificado de Auditoria nº 40/2019-COMITÊ-DICIG/SUBCI/CGDF (peça 28 – e-DOC A0D07C47)	7/5/2019	Certificou a irregularidade das contas anuais da Administração Regional de Ceilândia do exercício de 2015 . Art. 2º, II, da DN nº 5/2021.
Decisão nº 3.903/2020 (peça 42 – e-DOC F03F3B5E)	21/9/2020	Determinou a audiência dos responsáveis para apresentação de razões de justificativa. Art. 2º, I, da DN nº 5/2021
Decisão nº 4.151/2022 (peça 139 – e-DOC 93829A1C)	10/10/2022	Julgou como irregulares as contas anuais objeto da TCA e aplicou sanção de multa aos responsáveis. Art. 2º, III, da DN nº 5/2021
Decisão nº 243/2023 (peça 177 – e-DOC F9A4588A)	6/3/2023	Conheceu de recurso interposto contra a Decisão nº 4.151/2022. Art. 2º, II, da DN nº 5/2021.

25. Do acima exposto, verificam-se atos que importaram na **apuração dos fatos**, adotados pelo Controle Interno e pelo Tribunal de Contas, que se amoldam ao conceito de **ato inequívoco de que trata o inciso II do art. 2º da Decisão Normativa nº 5/2021** e que possuem o condão de **interromper a fluência do prazo quinquenal e trienal (intercorrente)**.
26. Portanto, em harmonia com o entendimento apresentado pelo Corpo Técnico na Informação nº 20/2022 – SECONT/3ª DICONTE (peça 129 – e-DOC 9357A9D0), ratificado na Informação nº 5/2024 – NUREC (peça 183 – e-DOC DE98CDCE), para o Ministério Público de Contas, **não se mostra fulminada pela prescrição a pretensão punitiva no âmbito desta Corte de Contas**.

¹ “Art. 2º **Interrompe-se a prescrição de que trata o art. 1º:**
(...)II – **por qualquer ato inequívoco que importe apuração do fato, adotado por parte da Administração Pública do Distrito Federal ou do Tribunal de Contas do Distrito Federal;**” (Grifos acrescidos).



Ministério Público do Distrito Federal
GABINETE DA QUARTA PROCURADORIA

27. Com relação ao mérito do recurso interposto pelo **Sr. Vilson José de Oliveira**, importa destacar que o **Parquet comunga** com a proposta de **desprovinimento** emanada do atento NUREC.
28. Nesse particular, tenho que a manifestação do Núcleo de Recursos foi **suficiente** para infirmar as alegações recursais deduzidas pelo Responsável. Sem embargo, não é despidendo tecer alguns comentários adicionais, de forma a afastar eventuais dúvidas quanto à **improcedência do pleito recursal**.
29. Vale rememorar que no **item 1** (contratação de artistas sem amparo legal) do Relatório de Auditoria nº 03/2016 – CONEX/SUBCI/CGDF, o Controle Interno do Distrito Federal apurou a **ausência de demonstração da situação de inexigibilidade** de licitação prevista no art. 25, III, da Lei nº 8.666/1993. **In casu**, a CGDF aferiu que **não restou demonstrada a consagração dos artistas** contratados pela Administração Regional mediante os Processos nºs 138.000.540/2015, 138.000.574/2015, 138.000.554/2015, 138.000.524/2015, 138.000.527/2015, 138.000.531/2015, 138.000.537/2015, 138.000.559/2015 e 138.000.549/2015.
30. Nesse ponto, como apontado pelo Corpo Técnico, o Recorrente destacou a existência de recortes de jornais contendo a opinião de críticos com o condão de demonstrar a notoriedade dos artistas contratados no bojo do **Processo nº 138.000.549/2015**. Entretanto, o então Administrador Regional **permaneceu silente no tocante aos demais processos analisados pela CGDF**, o que, por si só, seria suficiente para formar convicção no tocante à improcedência do recurso.
31. Não obstante a subjetividade da avaliação acerca da notoriedade de artistas, observo que, ao longo dos autos, a Administração Regional de Ceilândia **não trouxe qualquer elemento capaz de atestar minimamente tal requisito no que se refere aos Processos nºs 138.000.540/2015, 138.000.574/2015, 138.000.554/2015, 138.000.524/2015, 138.000.527/2015, 138.000.531/2015, 138.000.537/2015 e 138.000.559/2015**.
32. Com efeito, verifica-se que não houve, nos eventos em análise, fundamentação acerca da necessidade de contratação dos profissionais específicos escolhidos pelo Órgão distrital, tampouco comprovação da consagração artística e da capacidade de mobilização de público, conforme exigia o art. 25, III, da Lei nº 8.666/1993.
33. Nesse sentido, a exemplo do verificado na etapa processual anterior, o então Administrador Regional não se **desincumbiu do ônus de impugnar especificamente** a falha grave identificada pelo Controle Interno. Por essa razão, em harmonia com a Unidade Instrutiva, aos olhos do MPC/DF, o Plenário deve considerar, no ponto, improcedente o Recurso.
34. Ainda perpassando as falhas nas contratações com estribo no art. 25, III, da Lei nº 8.666/1993, no **item 2** (contratos de exclusividade sem validade – irregularidade na relação de exclusividade entre empresário e artista) do Relatório de Auditoria nº 03/2016 – CONEX/SUBCI/CGDF, a CGDF identificou a **invalidade dos documentos colacionados** aos Processos nºs 138.000.540/2015, 138.000.574/2015, 138.000.524/2015, 138.000.537/2015 e 138.000.549/2015 para atestar a representação exclusiva dos artistas.
35. Mais uma vez, o Sr. Vilson José de Oliveira repisou os argumentos lançados nas razões de justificativa tidas por improcedentes pela Corte, a teor da Decisão nº 4.151/2022.



Ministério Público de Contas do Distrito Federal
GABINETE DA QUARTA PROCURADORIA

36. **In casu**, o gestor insiste em defender a idoneidade do contrato de exclusividade concernente ao **Processo nº 138.000.549/2015**. Sem embargo, no que alude aos demais procedimentos listados no achado em referência, para refutar a irregularidade, o Recorrente alegou a suposta **inexperiência do Coordenador de Administração Geral** na realização de eventos culturais e que, por conseguinte, **propostas de contrato** de exclusividade foram acatadas como documento apto a justificar a situação de inexigibilidade prevista no art. 25, III, da Lei nº 8.666/1993.

37. Quanto aos referidos argumentos, cabe sublinhar que, no ordenamento jurídico pátrio, a ninguém é permitido a escusa do desconhecimento da lei, nos termos do art. 3º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. Dessarte, o eventual despreparo do responsável pela unidade de administração geral do órgão não afasta as irregularidades que pesam em desfavor do recorrente.

38. Dito isso, o MPC/DF enfatiza que, além da ausência de demonstração do profissionalismo dos artistas e da sua consagração pela crítica especializada ou pela opinião pública, os apontamentos constantes dos autos relatam que não **foi apresentada comprovação de que as contratações dos artistas se deram por meio de empresário exclusivo**.

39. Assim sendo, não remanesce dúvida a respeito da afronta aos ditames da Lei nº 8.666/1993 que regulavam a matéria ao tempo dos fatos.

40. Nesse ponto, oportuno salientar que a contratação de artistas consagrados, enquadrados na hipótese de inexigibilidade prevista no inciso III do art. 25 da Lei nº 8.666/1993, por meio de intermediários ou representantes, **deve conter cópia do contrato de exclusividade dos artistas com o empresário contratado, registrado em cartório**², que não se confunde com **autorização que dá exclusividade apenas para os dias correspondentes à apresentação dos artistas e é restrita à localidade do evento**. Como cediço, essa **autorização pontual não se presta para fundamentar a inexigibilidade**.

41. Em desacordo com as normas que regulam a matéria, o que se tem é que a indispensável demonstração de representação exclusiva não foi verificada em todas as inexigibilidades avaliadas nesta TCA.

42. Acrescente-se que, no âmbito do DF, os procedimentos são precisamente definidos, posto que o Parecer nº 393/2008 - PROCAD/PGDF³, vigente à época dos fatos,

² TCU-Plenário, Acórdão nº 96/2008, Rel. Benjamin Zymler, de 30/1/2008.

³ "1) Justificativa da contratação, com especificação de forma precisa em que consiste o interesse público perseguido, sopesando-o com o custo da contratação, conforme art. 26, da Lei nº 8.666/1993;

2) Justificativa do preço, cabendo destacar que "deve a Administração realizar exaustiva pesquisa de preços no mercado, comparando o cachê cobrado por aquele artista com outras apresentações em condições semelhantes àquelas em que se dará o evento". Tal consulta deverá incluir tanto o preço cobrado em eventos particulares como em eventos custeados por verba pública, devendo a Administração comparar os preços cobrados com aqueles praticados por artistas de semelhante consagração na crítica especializada e/ou opinião pública;

3) Comprovação do profissionalismo do artista, com os devidos registros na Delegacia Regional do Trabalho, conforme Lei nº 6.533/78. Ressalte-se que "tanto o artista como o empresário exclusivo devem estar registrados em órgão do Ministério do Trabalho, devendo a Administração exigir tal comprovação";

4) Prova da exclusividade de representação do agente ou empresário que "poderá ser feita mediante apresentação do contrato de trabalho, de contrato de outra espécie entre o agente e o artista, ou até mesmo a declaração formal do artista nesse sentido", sendo que "a apresentação de documento com cláusula de exclusividade entre agente e artista impõe ao gestor público a necessária apuração, mediante pesquisa de mercado, da veracidade do teor de tal documento" e "o ônus de verificar a veracidade do contrato de exclusividade é análogo àquele imposto ao gestor público quando da aceitação do atestado de exclusividade previsto no art. 25, I da Lei n. 8.666/93";



Ministério Público de Contas do Distrito Federal
GABINETE DA QUARTA PROCURADORIA

possuía eficácia normativa sobre a contratação de profissionais da área artística sem licitação. Apesar do que procura fazer crer o recorrente, a manifestação da Procuradoria Geral do Distrito Federal é cristalina quanto à necessidade de instrução dos procedimentos de contratação de profissional de qualquer setor artístico, através de empresário exclusivo, por meio de **instrumento jurídico hábil**, o que, a toda evidência, não é o caso de **proposta** de contrato de exclusividade.

43. Afora isso, não é despiciendo destacar que **representações artísticas pontuais** distorcem o disposto no art. 25, III, da Lei nº 8.666/1993, e possibilitam a elevação dos valores contratados, haja vista o comissionamento adicional desnecessário de intervenientes no procedimento de contratação.

44. Sobre esse aspecto, cita-se a jurisprudência do e. Tribunal de Contas da União:

“5. Na contratação direta de artistas consagrados, com base no inciso III do art. 25 da Lei 8.666/93, por meio de intermediários ou representantes, deve ser apresentada cópia do contrato, registrado em cartório, de exclusividade dos artistas com o empresário contratado. O contrato de exclusividade difere da autorização que dá exclusividade apenas para os dias correspondentes à apresentação dos artistas e é restrita à localidade do evento, a qual não se presta para fundamentar a inexigibilidade.”
(TCU, Acórdão nº 642, Primeira Câmara, Rel. Min. Valmir Campelo, 18/2/2014).

45. Considerando os elementos coligidos aos autos e a análise realizada em linhas volvidas, o MPC/DF entende que os argumentos recursais apresentados não são suficientes para afastar as diversas irregularidades identificadas nas contratações diretas mencionadas no achado em comento.

46. No que alude ao **item 3** (atendimento de interesses particulares em detrimento ao interesse público) do Relatório de Auditoria nº 03/2016 – CONEX/SUBCI/CGDF, observou-se, além da falta de tempo hábil para divulgação dos eventos, a **precariedade das razões invocadas pela justificar a escolha dos fornecedores** contratados no bojo dos Processos nºs 138.000.540/2015, 138.000.574/2015, 138.000.554/2015, 138.000.524/2015, 138.000.527/2015, 138.000.531/2015, 138.000.537/2015, 138.000.559/2015 e 138.000.549/2015.

47. Por sua vez, nos termos do **item 4** (falha em pesquisas de preços) do Relatório do Controle Interno, a verificação da vantajosidade das avenças entabuladas nos processos referenciados no parágrafo anterior **levou em conta apenas os preços sugeridos pelos interessados em contratar com o Poder Público, carecendo de pesquisa de preços realizada pela administração pública**. Se não bastasse, ao compulsar os processos, a CGDF não identificou documentos contendo a previsão de duração das apresentações contratadas, tornando inviável a avaliação prévia da aceitabilidade das propostas.

48. Diante desse panorama, cabe rememorar que a contratação por inexigibilidade de licitação, com fulcro no art. 25, III, da Lei nº 8.666/1993, exigia, simultaneamente, o atendimento aos requisitos elencados no mencionado dispositivo, bem como àqueles contidos

5) *Comprovação da consagração artística pela crítica especializada ou pela opinião pública mediante a "apresentação de curriculum acompanhado de documentos (recortes de jornais, revistas, etc.) que atestem a consagração pela crítica e pela opinião pública, conforme Decisão nº 6.986/1996, exarada no Processo nº 1876/95 (Decisão 6.968/1996, TCU)."*



Ministério Público de Contas do Distrito Federal
GABINETE DA QUARTA PROCURADORIA

no art. 26, parágrafo único, II e III, isto é, **a razão da escolha do fornecedor e a justificativa do preço.**

49. Sobre o cumprimento dos citados pressupostos, converge o MPC/DF com a análise empreendida pela Instrução, uma vez que, entre outras falhas, o que se viu foi que os projetos dos eventos **foram apresentados pelos próprios artistas ou seus representantes**, que firmaram contratos posteriormente com a Administração Regional de Ceilândia.

50. Parece evidente, por conseguinte, a **inversão da lógica** que deve orientar as contratações públicas, uma vez que, no presente caso, observa-se que **a necessidade da Administração** e os fundamentos para contratação com espeque no art. 25, III, da Lei nº 8.666/1993 **não foram identificados em processo isento da Administração Pública, tendo sido pautados pelas propostas remetidas pelos fornecedores.**

51. Assim, na espécie, conforme apurou o Controle Interno e o TCDF na fase processual anterior, não é desarrazoado sustentar que, nas contratações inquinadas, houve **preponderância de interesses particulares em detrimento ao interesse público**. Essa percepção é reforçada pela aceitação dos preços ofertados pelos profissionais, sem que tenha havido qualquer **pesquisa de preços adicional por parte da administração pública**.

52. Dessarte, o Ministério Público, em consonância com a análise empreendida na Informação nº 005/2024 – NUREC, entende que o Tribunal deve manter hígidos os termos dos itens III.b e IV da Decisão nº 4.805/2021.

53. Relativamente ao **item 8** (irregularidade na designação de executor de contrato, no que diz respeito à **ausência de designação formal de executor de contrato**) do Relatório do Controle Interno, enfatiza-se que foi a **ausência de designação** dos executores para fiscalização dos ajustes decorrentes dos Processos nº 138.000.540/2015 e 138.000.531/2015 que culminou no pronunciamento do TCDF pela irregularidade das contas do gestor. É o que se depreende da Decisão nº 4.151/2022.

54. Para o Recorrente, a ausência de designação dos executores decorreu de **mero erro formal**. Insta rememorar que essa afirmação já foi examinada e rechaçada na etapa processual anterior.

55. Com efeito, diante da insubsistência das alegações recursais, o **MP de Contas se alinha** com o entendimento propugnado pelo Núcleo de Recursos, por entender que **não foram apresentadas considerações com o condão de elidir a irregularidade constatada**.

56. Em acréscimo, cabe asseverar que a impropriedade avaliada no item anterior possui proximidade com o **item 12** (falhas em processos de contratação de artistas). Em verdade, nota-se uma relação de **causa e efeito** entre a falta de representante da Administração especialmente designado para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos e **a parca avaliação da entrega dos objetos contratados**.

57. Oportuno reforçar que o regime jurídico aplicável aos contratos administrativos confere ao Poder Público a prerrogativa de fiscalizar a execução dos objetos pactuados, consoante o art. 58, III, da Lei nº 8.666/1993, vigente à época da contratação, também conhecida como cláusula exorbitante. Vê-se que não se trata de uma faculdade conferida à Administração, mas sim de um **dever**, conforme entendimento doutrinário há muito sedimentado.



Ministério Público de Contas do Distrito Federal
GABINETE DA QUARTA PROCURADORIA

58. No entanto, ao que tudo indica, além das falhas graves identificadas no planejamento das contratações diretas realizadas no exercício, a prerrogativa indicada no art. 58, III, da Lei nº 8.666/1993 foi exercida de maneira bastante fragilizada na espécie.

59. Aliás, no que alude ao **item 12** (falhas em processos de contratação de artistas) do Relatório de Auditoria nº 03/2016 – CONEX/SUBCI/CGDF, o Controle Interno advertiu que as **fotos** carreadas aos Processos nºs 138.000.574/2015, 138.000.554/2015, 138.000.524/2015, 138.000.527/2015, 138.000.531/2015, 138.000.537/2015, 138.000.540/2015, 138.000.559/2015 e 138.000.549/2015 não se prestaram a comprovar a realização dos eventos, em desacordo com o art. 28 do Decreto nº 34.577/2013⁴, então vigente.

60. Como visto, o cerne da questão envolve a apresentação de relatórios fotográficos **imprestáveis para confirmar a presença de público nos eventos**.

61. Outrossim, conforme alegado pelo Recorrente, a Administração teria se valido de fotográficas retiradas pelas equipes dos artistas contratados, sem indicação de local e data de realização das atrações. Assim sendo, remanesce dúvida não apenas quanto à **presença dos executores dos contratos nos locais designados para realização dos projetos culturais**, como também acerca da efetiva realização dos objetos contratos.

62. Ao Sr. Vilson José de Oliveira, na qualidade de autoridade máxima do Órgão, cabia a fiscalização dos atos de seus subordinados, pois o gestor não pode se isentar dessa sua responsabilidade (**culpa in vigilando**), inerente ao seu cargo, bem como perante o próprio ato de escolha/manutenção de seus auxiliares (**culpa in eligendo**).

63. Não se pode olvidar que o responsável detinha as faculdades de **supervisão, coordenação, orientação, fiscalização, aprovação, revisão e avocação das atividades controladas**. Eventual inobservância ou cumprimento desidioso dessas prerrogativas configuram meios bastantes e suficientes a permitir a respectiva responsabilização por irregularidades identificadas na gestão, mormente diante de um **comportamento omissivo, ainda que culposos**.

64. Pensar de modo diverso seria o mesmo que reconhecer que a figura do Administrador Regional é meramente ilustrativa. No caso das contas anuais submetidas ao TCDF, se essa verdade fosse absoluta, estaríamos diante da aberração jurídica de nunca ser possível alcançar tais gestores por mácula na gestão. Anuir com essa conjectura mitigaria a abrangência do Controle Externo exercido pelas Cortes de Contas com espeque no art. 71, II, da Constituição Federal e, essencialmente, o dever de avaliar condutas omissivas ou comissivas dos responsáveis por bens, dinheiros e valores públicos.

65. Ao examinar os atos de gestão perpetrados no exercício, o Controle Interno identificou diversas falhas no planejamento e na execução de contratos celebrados pela

⁴ “Art. 28. Os órgãos e entidades da Administração Pública do Distrito Federal, quando do empenho, liquidação e pagamento devem verificar o cumprimento das seguintes exigências:

I - nota de empenho com informações individualizadas e detalhadas de cada apresentação artística contratada, com identificação dos profissionais, horário de início, tempo de duração das apresentações e cachês cobrados;
II - nota fiscal com tipo e detalhamento do serviço prestado, nome do evento, artista responsável, preço, condições de pagamento, data, horário e duração da apresentação;

III - relatório do executor do contrato, que comprove a realização do evento, **com vídeo ou fotos, em plano aberto e fechado, em quantidade mínima de 10 (dez), e comprovação de fornecimento dos demais bens e serviços contratados.**” (Grifos acrescidos).



Ministério Público de Contas do Distrito Federal
GABINETE DA QUARTA PROCURADORIA

Administração Regional de Ceilândia. Indubitavelmente, a natureza sistemática das impropriedades indicadas no Relatório do Controle Interno, no sentir deste MPC/DF, denota a incúria dos responsáveis pelas contas anuais em exame em relação ao mister concernente à fiscalização dos contratos firmados pelo Órgão.

66. Dessarte, em harmonia com o Informação nº 005/2024 – NUREC, considero que as afirmações não socorrem o Recorrente.

67. Em tempo, relativamente à consideração da natureza e da gravidade das infrações na gradação da penalidade imposta pela Corte, há que se destacar que a sanção aplicada pelo TCDF, inclusive em sede de contas anuais, tem por objetivo precípuo **evitar novas condutas infratoras, punir o agente** e também cumprir uma **função pedagógica**, condicionada sempre aos princípios dispostos na legislação atinente à matéria, que norteiam a aferição da sanção aplicável ao caso concreto.

68. Nessa toada, ressalto que, no presente caso, o TCDF identificou que foram negligenciadas pelo então dirigente normas de ordem pública, sendo imperioso reafirmar o caráter preventivo geral da penalidade, haja vista que o viés indicado almeja a proteção dos valores mais relevantes para a sociedade. Ademais, ao aplicar a sanção, o Tribunal observou os patamares regimentais, fixando seu valor de acordo com os postulados da legalidade, da proporcionalidade e da razoabilidade, de modo que, na visão Ministerial, **merece a Decisão ser mantida incólume**.

69. Ante o exposto, este **Parquet coaduna** com as conclusões alcançadas pela Unidade Técnica e, nesse sentido, propõe ao Plenário **acolha** as sugestões contidas na Informação nº 005/2024 – NUREC (peça 183 – e-DOC DE98CDCE), no sentido de **desprover** o Recurso de Reconsideração interposto contra a Decisão nº 4.151/2022.

É o Parecer.

Brasília, 9 de julho de 2024.


Marcos Felipe Pinheiro Lima
Procurador